

JORNALISMO DE DADOS E O USO DE INDICADORES DE BOA GOVERNANÇA E QUALIDADE INSTITUCIONAL NA ARGENTINA (1996-2018).

*Nicolás Vladimir CHUCHCO**

RESUMO: Este estudo analisa como os indicadores de qualidade institucional e governança são disseminados na imprensa argentina, com foco no jornal La Nación devido à sua ampla cobertura entre 1996 e 2018. O objetivo principal é examinar como o conceito de “governança” passou a fazer parte do discurso público, especialmente nos círculos políticos e na mídia impressa. Foi utilizado um corpus de mais de mil artigos de jornal contendo referências a rankings de qualidade institucional. A metodologia combinou análise de conteúdo quantitativa e entrevistas com informantes-chave. Os resultados mostram que o uso do termo governança aumentou durante o período, embora de forma desigual. Embora as reportagens abordem questões locais e internacionais, os editoriais adotam uma abordagem normativa e centrada no governo. O estudo conclui que a mídia, por meio desses indicadores, contribui ativamente para a construção do discurso político e a legitimação de visões ideológicas.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo de Dados. Qualidade Institucional. Boa Governança

Introdução: a imprensa gráfica como espaço de divulgação de notícias e indicadores sobre governança e qualidade institucional.

Nas últimas décadas, testemunhamos a proliferação e disseminação de uma infinidade de indicadores concebidos para objetivar e mensurar a qualidade institucional dos países (Arndt & Oman, 2006; Broome & Quirk, 2015). Isso se explica, em parte, pela consolidação de ideias econômicas neoinstitucionalistas, em que um

* Professor Adjunto e Pesquisador da Universidade Nacional de Tres de Febrero (UNTREF). Centro Interdisciplinar de Estudos Avançados (CIEA). Sáenz Peña, Argentina. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3450-201X>. E-mail: nchuchco@untref.edu.ar.

setor ligeiramente afastado da ortodoxia econômica passou a destacar o arcabouço institucional dos países como motor do desenvolvimento (Acemoglu, Johnson & Robinson, 2005; North, 1990a, 1990b). As Organizações Internacionais de Crédito (OICs) não ficaram imunes a essas ideias, de modo que os resultados modestos das reformas estruturais da década de 1990 para países como a Argentina são agora explicados por marcos institucionais deficientes: as instituições “importam” (Fine & Waeyenberge, 2007). Foi a partir daí que foram produzidos inúmeros indicadores concebidos para medir aspectos como a percepção da corrupção, a facilidade de fazer negócios, o cumprimento do Estado de direito e outros aspectos institucionais (Arndt, 2008).

Embora existam vários indicadores desse tipo, muitos usuários (ICOs, investidores, Organizações Não Governamentais Internacionais—ONGs—etc.) se baseiam em um grupo específico deles, fundamentado principalmente na percepção subjetiva do ambiente de negócios (Erkkilä; Piironen, 2014; Seligson, 2006), que visa obstruir as tensões de poder e promover ações para garantir a propriedade privada, a segurança jurídica dos investimentos e uma economia de mercado aberta para reduzir custos.

A partir de 1990, surgiu a literatura sobre “governança”, um conceito adaptável a múltiplos significados que se refere, de forma geral, à atual transição de uma autoridade governamental hierárquica e centralizada, que anteriormente tomava decisões sobre políticas públicas, para as relações entre o governo e uma pluralidade de atores, refletindo a interdependência entre eles e a maior influência da sociedade civil e das organizações de mercado sobre as políticas públicas (Zurbriggen, 2011a), por meio de processos e redes complexas entre organizações formais que possuem um grau de autonomia (Rhodes, 1997). No entanto, a interpretação de governança por organizações como o Banco Mundial e outras (BID, OCDE, PNUD) tem sido a noção predominante na América Latina (Zurbriggen, 2011b)¹.

Apesar das críticas metodológicas e teóricas que surgiram em relação a esses indicadores, analistas, formuladores de políticas, jornalistas e funcionários frequentemente os consideram representações válidas da realidade social, servindo como base para as visões e práticas de especialistas, empresários e cientistas sociais. Dessa forma, o conhecimento especializado e a linguagem especializada que legitimam a credibilidade dessas técnicas estão fortemente associados às demandas do mercado internacional para os países emergentes, moldando instituições pró-mercado, obstruindo caminhos para o desenvolvimento autônomo e excluindo progressivamente da discussão organizações que antes participavam dos debates sobre essas questões, como universidades, sindicatos e partidos políticos tradicionais, entre outros (Botto, 2011; Camou, 1997; Dezalay & Garth, 2003; Heredia, 2012; Pestre & Weingart, 2009).

¹ Para diferentes tipos e significados dessas organizações, veja CHUCHCO (2022).

Outros trabalhos dentro dos estudos do subcampo do jornalismo econômico (Marchetti, 2005; Pedroso, 2015) mostraram as pressões do processo de “financeirização” das notícias no Brasil (Undurraga, 2017), o que implica que o jornalismo produz notícias para o mercado em vez de para o público em geral, enquanto outros trabalhos adotaram uma abordagem relacional para a análise de columnistas economistas em jornais no Brasil (Perissinotto et al., 2024; Vieira; Chiaramonte, 2020), o estudo das relações de financiamento entre ONGs e OICs no caso da Argentina (Chuchco, 2020, 2022) e de diferentes ONGs e suas redes de relacionamento no Brasil e na França (Comet, 2019; Vieira; Chiaramonte, 2021), para citar alguns exemplos².

No caso da Argentina, existe um valioso contexto sobre o estudo da construção e circulação de indicadores econômicos e financeiros, como o Risco País (De Santos, 2010), ou sobre o uso do léxico “especializado” como mecanismo de poder (Aronskind, 2007), como os economistas conseguiram se estabelecer em uma posição de poder ao lado de centros privados de “expertise” (Heredia, 2012, 2015), a relação entre intelectuais, especialistas e processos de internacionalização e desenvolvimento (Neiburg; Plotkin, 2004a, 2004b), bem como as relações entre especialistas e dinâmicas organizacionais envolvidas nas reformas dos anos 90 na Argentina (Beltran, 2012).

Embora muitos indicadores econômicos tenham sido estudados sob diferentes perspectivas, como a sociologia política (Heredia, 2015; Lorenc Valcarce; Vommaro, 2020) e a sociologia da quantificação (Daniel; Vommaro, 2016; Espeland, 2016)³, pouca literatura aborda como os indicadores aqui propostos são disseminados em nível local.

O objetivo deste estudo é investigar como os indicadores de qualidade institucional e governança são reproduzidos e disseminados na imprensa argentina, utilizando as publicações do jornal La Nación como estudo de caso central. A análise foi limitada a este jornal por ter dedicado o maior espaço a esses temas nas últimas três décadas e por ter sido identificado como uma autoridade líder no assunto por importantes atores envolvidos, devido à sua ampla cobertura de dados agregados relacionados à governança.

O principal objetivo deste artigo é, portanto, examinar como os indicadores de qualidade institucional e o conceito de “governança” (Dellepiane Avellaneda, 2009; Zurbriggen, 2011b) conseguem se difundir para além do campo dos especialistas em políticas públicas, onde se originaram, para se tornarem termos de uso cotidiano, na opinião pública e em certos setores políticos identificados com grupos

² É claro que não pretendemos ser exaustivos.

³ O que considera que os indicadores são uma forma de representação de um modelo conceptual onde as suposições cognitivas ligadas à ação de medir deslocam os debates sobre a operacionalização da mesma (Daniel, 2015).

muito distantes do progressismo. Por sua vez, o estudo buscou analisar as intenções políticas e a ideologia de certos veículos de comunicação (o jornal La Nación), com base em seus editoriais.

Este trabalho, que é um desdobramento de minha pesquisa anterior⁴, analisa um conjunto de mais de mil artigos do jornal La Nación, publicados entre 1996 e 2018. O período analisado abrange de 1996 (início da crise da conversibilidade e primeiras aparições do termo “governança”) a 2018 (ano em que a Argentina retornou ao FMI). O critério de seleção desses artigos foi a presença de informações relacionadas a rankings de qualidade institucional e boa governança, seja em seções específicas ou em editoriais do jornal.

As ferramentas metodológicas que utilizamos incluem a análise quantitativa de conteúdo e a construção de categorias analíticas que incorporam tanto o conteúdo de notas quanto de entrevistas realizadas com informantes-chave (jornalistas do La Nación Data e outros meios de comunicação, ONGs, funcionários e representantes de OICs), cuja identidade é mantida em anonimato por acordo prévio.

A divulgação de rankings e a boa governança na Argentina

A Argentina não foi exceção à proliferação e circulação de indicadores de qualidade institucional (QI) em todo o mundo, e este texto visa examinar como e com que intenção certos indicadores são reproduzidos e disseminados na mídia, especificamente na mídia impressa. Para examinar como esses indicadores (que, embora não sejam estritamente econômicos como o índice *Riesgo País*, o *Doing Business etc.*, compartilham inúmeros pontos de contato) são reproduzidos e disseminados, analisamos artigos de notícias contendo termos associados a indicadores de qualidade institucional, como a palavra “governança” (*governanza*), nos jornais de maior circulação na Argentina: La Nación, Clarín e Infobae. La Nación dedicou o maior espaço a esses artigos durante o período analisado. Coincidentemente, este jornal foi identificado como uma autoridade líder no tema pelos entrevistados, que atribuíram importância editorial à publicação desse tipo de dado. Este último ponto se baseia no fato de ser um veículo pioneiro na conformação de uma área específica dedicada à disseminação e produção de dados: *La Nación Data*⁵.

Portanto, tomamos a decisão metodológica de limitar a análise a artigos do jornal La Nación. Isso se baseia nas razões já expostas e também na necessidade de delimitar o corpus a ser analisado, deixando em aberto para pesquisas futuras a investigação de como a governança e a inteligência competitiva são construídas em

⁴ Para isso, veja Chuchco (2020, 2022) .

⁵ Veja o site em <https://www.lanacion.com.ar/data>.

outros meios de comunicação (por exemplo, a revista Mercado, Fortuna, o jornal Clarín, entre outros) com o auxílio desse tipo de indicador.

Uma análise detalhada dessas notas oferece uma visão geral de como um conceito transcende o campo específico dos especialistas em políticas públicas onde se originou, tornando-se um termo cotidiano na opinião pública e em certos setores políticos, impulsionado pelo jornalismo de dados e editoriais. Primeiramente, classificamos e analisamos a evolução desses tipos de notas ao longo dos anos. Para a análise quantitativa dos dados textuais, utilizamos o software *AntConc*. (Anthony, 2019), enquanto o programa *Atlas.ti* foi usado para a análise de conteúdo qualitativa, bem como para as informações provenientes das entrevistas.

O jornal La Nación e o jornalismo de dados.

Quando perguntados sobre quais veículos de mídia impressa publicam com mais frequência esse tipo de notícia, o jornal La Nación foi mencionado com particular ênfase, especialmente em relação ao “jornalismo de dados” (Crucianelli, 2013; Domínguez, 2014; Fink; Anderson, 2015; Gray; Bounegru; Chambers, 2012) . Os jornalistas entrevistados responderam a essa pergunta dizendo que “...La Nación é líder no tratamento de estatísticas e rankings, que são interessantes...” ou que “Acho que La Nación é líder, Infobae... vem em seguida”.

A seção La Nación Data foi criada em outubro de 2010⁶ e inclui um blog de jornalismo de dados abertos, páginas em redes sociais e artigos publicados tanto na edição impressa quanto na digital. A edição digital apresenta visualizações que podem ser reutilizadas e compartilhadas, exigindo a participação de programadores, especialistas em sistemas de informação geográfica, designers gráficos e jornalistas. Ela também mantém relações consultivas e de colaboração com ONGs locais e internacionais, bem como com órgãos públicos e usuários individuais da plataforma.

Embora o jornalismo de dados e o jornalismo econômico compartilhem o fato de consagrar os dados como uma fonte indiscutível de legitimidade, eles diferem na amplitude dos tópicos que o primeiro pode abordar, enquanto o segundo se concentra em questões econômicas e financeiras.

No caso de informantes pertencentes a agências de desenvolvimento, a mesma afirmação foi confirmada, cristalizada na seguinte declaração, destacada pelo departamento de dados: “...na Argentina, acho que há muito contato com La Nación, especialmente porque lá se encontra o La Nación Data. E esse repositório é ótimo [sic], não sou especialista em comunicação, mas sei que artigos são publicados em La Nación e no Clarín, principalmente do Banco Mundial.”

⁶ Esta plataforma pode ser consultada em <http://interactivos.lanacion.com.ar/rankings/> [último acesso em 30/04/2025].

Nesse sentido, afirma-se que “...os editoriais [do jornal La Nación] são bem elaborados; eu diria que esse é o aspecto mais sério, independentemente de se concordar ou discordar ideologicamente de alguns pontos”. Praticamente todos os entrevistados citaram o jornal La Nación Data como a primeira fonte mencionada, que, como veremos, desempenha um papel importante na disseminação e reprodução desses indicadores. Certamente, a informação digital sem papel, baseada em algoritmos, acelera e amplia esses processos, com implicações para o alcance das relações sociais (Hansen, 2015). Dessa forma, esses dados são disponibilizados ao leitor, tendo passado por um processo que os torna atraentes e utilizáveis, de modo que o leitor também se torna um usuário e se sente envolvido ao poder utilizá-los, formando uma visão da realidade que não questiona a natureza da construção ou as tensões políticas que ela possa acarretar, uma vez que é um produto da evidência (Vieira; Chiaramonte, 2020). Ao mesmo tempo, esses dados não provêm de um leitor comum, mas sim das percepções da comunidade empresarial e de especialistas.

Quando perguntamos aos entrevistados a quem eles acreditavam que esses artigos sobre governança e qualidade institucional eram direcionados, ou qual era a sua opinião sobre a cobertura que essas matérias receberam, encontramos respostas díspares. Para os informantes da área jornalística, o público-alvo desses artigos acabou sendo “especializado”, o que se traduz em um público de especialistas ou uma comunidade fechada. Nesse sentido, uma fonte importante ligada ao jornalismo de dados do jornal afirmou que esses artigos são direcionados a:

...por um lado, para o público do La Nación e, por outro, para um público um pouco mais técnico, que é a comunidade de dados abertos ou *data science*, ou pessoas que estudam políticas públicas; fazemos muitas coisas no blog de dados do La Nación, divulgamos indicadores como o indicador de *Conhecimento Aberto*. *A Fundação*, as iniciativas de transparência, é uma nota que, para o jornal, seria como se ocupasse dois segundos na página *inicial* ou fosse muito pouco espaço na *página inicial* [na página principal do site do jornal], mas sabemos que se formos ao *blog*, a comunidade está interessada nisso, então sabemos diretamente que teremos um consumidor fixo e fiel ali.

A referência ao público-alvo como um “consumidor fiel e regular” faz parte do processo de categorizar o leitor como consumidor, introduzindo uma lógica pró-mercado que é legitimada sem questionamento. Além disso, a fonte de imprensa também categoriza o público-alvo como “acadêmico” e, dentro do público em geral, menciona “beneficiários” ou indivíduos “curiosos”, além de especialistas que trabalham com esses dados.

Entretanto, outra fonte jornalística, situada em um espectro ideológico diferente do jornal La Nación, também indicou que esses artigos, especialmente os sobre rankings, são direcionados a um público pequeno e limitado, para quem a posição da Argentina no ranking implica algum tipo de valor.

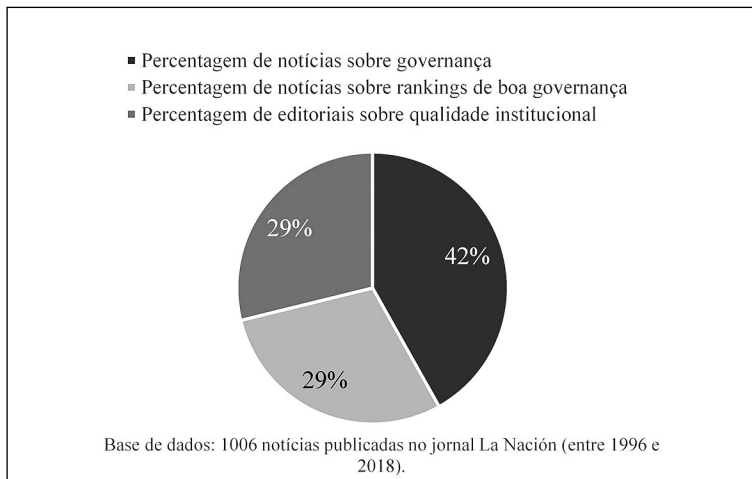
Pessoalmente, acho que é algo que preocupa mais a elite... Não consigo imaginar nenhum taxista ou dono de loja de ferragens surpreso ou se importando com o fato de a Argentina ter subido quatro posições no ranking de transparência ou algo do tipo. Acredito, no entanto, que na comunidade global, em ONGs, governos e empresas, isso possa ter alguma utilidade.

No entanto, as percepções de setores fora do jornalismo foram diversas. Aqueles do setor de ONGs indicaram que os artigos, especialmente os que incluem rankings, podem ser de maior interesse, como afirmou uma fonte importante de uma ONG local: “eles abordam o tema, só que não é notícia de primeira página, não é um assunto principal. Mas eles o abordam, especialmente quando vem na forma de um índice, porque a imprensa gosta [de rankings], gosta de tudo relacionado a isso”.

Notícias sobre “governança” e “qualidade institucional” no jornal La Nación.

Como demonstra o gráfico a seguir, foram analisados 1.006 artigos do jornal La Nación publicados entre 1996 e 2018 que cumprem com os parâmetros de busca, ou seja, que contenham alguma das palavras “governança” (*gobernanza*) e/ou “qualidade institucional” (*calidad institucional*) (ou expressão similar como “qualidade das instituições”, “bom governo”, etc.), “rankings” de indicadores de qualidade institucional e/ou notas editoriais (isto é, que não são assinadas por autor(es) e expressam a opinião do jornal matutino) nas quais qualquer um dos termos acima fosse encontrado.

Gráfico 1: Total de notícias agrupadas por tipo (Classificação, Governança e Qualidade Institucional (CI) em editoriais (1996-2018).



Fonte: Elaboração própria.

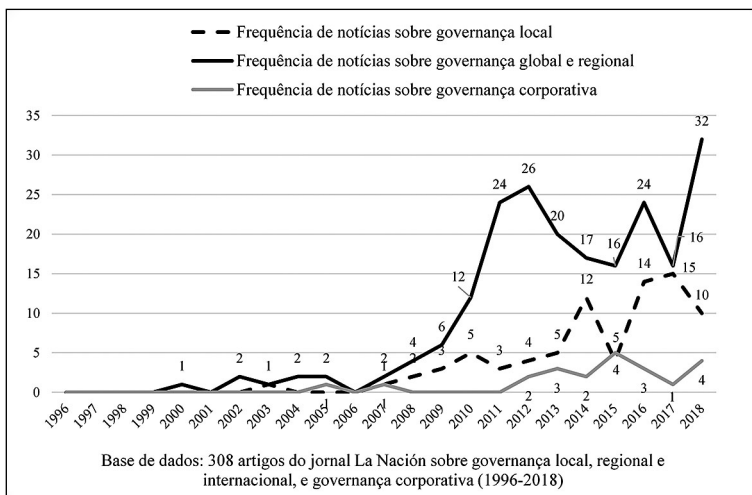
Das notas analisadas que seguiram os critérios mencionados, 42% se enquadram na categoria que indica a presença da palavra “governança”. Esse grupo foi ainda classificado de acordo com se referia à “Governança Geral” (quando a palavra “governança” aparece de forma intercambiável) ou à “Governança Específica” (quando se refere à governança em termos relacionados à boa governança e às instituições públicas e políticas).

Em relação às categorias de “Ranking” e “Qualidade Institucional (QI) em notas editoriais”, elas apresentaram valores semelhantes e, portanto, uma distribuição percentual similar, em torno de 29%.

Ao analisar artigos de jornal que continham o termo “governança”, podemos identificar, de forma geral, duas categorias principais: aqueles que abordam o termo na esfera pública e no governo, e aqueles que o abordam em outros contextos. O maior grupo de artigos focou em “Governança Global”. Em seguida, vieram os artigos sobre “Governança Não Específica”. Em terceiro lugar, foram incluídos artigos relacionados à “Governança Local” na Argentina, seja por questões regionais ou nacionais, seja em comparação com outros países. Por fim, havia a categoria de artigos que incluíam “Governança Corporativa”.

Classificamos as notas deste grupo (Governança Específica) por ano, para determinar se o aparecimento deste tipo de notícia foi homogêneo ao longo do período estudado ou se apresenta tendências.

Gráfico 2: Frequência de notícias sobre governança específica, agrupadas em Local, Global/Regional e Empresarial, por ano (1996-2018)



Fonte: Elaboração própria.

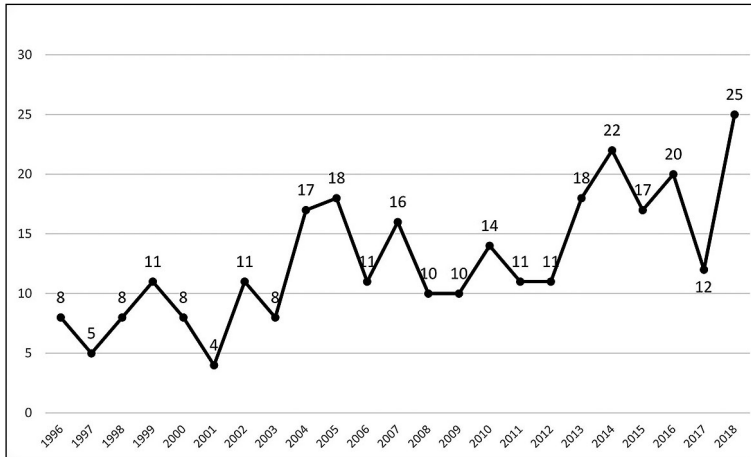
Como mostra o gráfico acima, é possível observar que as anotações sobre governança global e/ou regional (linha preta) são as mais frequentes e, portanto, as que mais contribuem para o crescimento da categoria “Governança Específica” ao longo dos anos.

Em segundo lugar, observa-se que a linha tracejada (“Governança Local”), embora menor em termos absolutos do que a subcategoria “Governança Global”, também mostra uma tendência de aumento de sua frequência ao longo do tempo.

Ao analisar o corpus textual das notas sobre Governança Local que compõem esta categoria, constatamos que as palavras mais frequentes correspondem a referências relacionadas ao *desempenho do país* e ao governo argentino. Os significados atribuídos ao termo “governança” nesse grupo de notas são variados, refletindo, em certa medida, a fluidez do conceito.

Notícias sobre indicadores de qualidade institucional mostram um aumento na atenção dada pelos jornais ao tema. Isso demonstra como os resultados desses indicadores afetam a posição da Argentina nessas avaliações globais.

Gráfico 3: Frequência de notícias contendo rankings de indicadores de QI por ano (1996-2018)



Fonte: Elaboração própria.

Como se pode observar no gráfico acima, as notícias sobre rankings de qualidade institucional não apresentam um padrão de crescimento uniforme. Ao contrário do gráfico sobre relatórios de governança, as notícias sobre rankings exibem características mais irregulares, embora com aumentos substanciais na frequência durante períodos eleitorais, especialmente após o segundo mandato de Cristina Fernández de Kirchner e durante grande parte do mandato de Mauricio Macri.

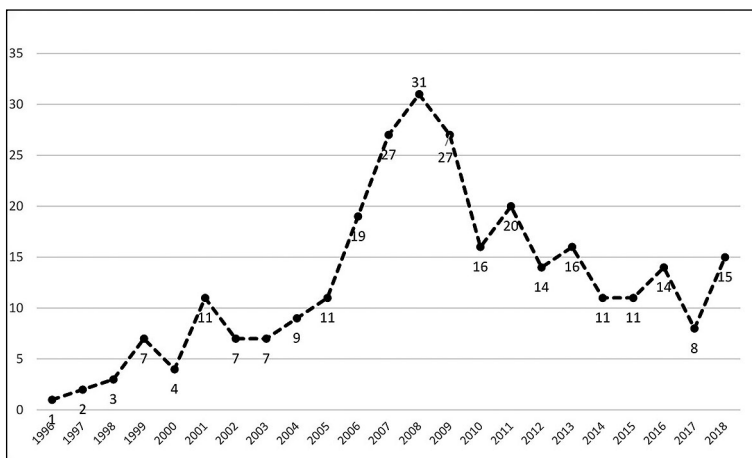
A análise das 295 notícias relacionadas aos rankings de qualidade institucional revela dois tipos principais de artigos. O primeiro tipo consiste em artigos que divulgam os rankings. O segundo tipo consiste em artigos que fazem referência aos rankings, respeitando o quadro regulatório que eles propõem.

Notas editoriais como a voz do jornal

Para abordar o conjunto de editoriais do jornal La Nación sobre governança e qualidade institucional, recorreremos à obra de Ricardo Sidicaro. (1993), em que analisa os editoriais do jornal de 1909 a 1989. Com base em milhares de editoriais, reconstrói os fios narrativos que representam as ideias políticas do jornal, concentrando-se no papel do Estado e suas relações com vários setores da sociedade, nas características desses setores e, relevante para este trabalho, “...a formação do sistema de representação política e a legitimidade dos atores envolvidos” (Sidicaro, 2010, p. 81) . Os pontos de convergência com o estudo mencionado residem na

caracterização da voz do jornal, que envolve questionar o papel socialmente construído do jornalismo (e agora também das ONGs) como fiscalizador do Estado e das diversas administrações governamentais. Apesar de abranger um período diferente daquele abordado por Sidicaro, observamos a parcialidade do jornal em relação ao setor agrícola, uma abordagem dos problemas que observa o Estado “de cima” e uma explicação que fornece ao leitor uma estrutura cognitiva para enxergar a realidade com os olhos “corretos” (Sidicaro, 1993, p. 523). Certamente, observa-se um papel tutelar por parte do jornalismo e das ONGs, onde não apenas as ações do Estado são avaliadas, mas também seu papel na disputa pelo poder.

Gráfico 4: Número de notas editoriais (La Nación) que contêm qualidade institucional por ano — Argentina, 1996-2018



Fonte: Elaboração própria.

Ao contrário dos gráficos de tendência anteriores, este último mostra uma acentuada acumulação de frequências entre 2007 e 2009, com um pico em 2008 marcado pelo conflito com o setor agrícola⁷.

Não é surpreendente que as notas do jornal se identifiquem com o setor agroexportador e se diferenciem dos setores populares (Sidicaro, 2010), o que coincide com a forma como o jornal constrói os editoriais, combinando perspectivas explicativas e normativas nas narrativas e olhando para os atores “de cima” sem se identificar totalmente com eles (Sidicaro, 1993, 2010).

⁷ Um estudo sobre como esse conflito foi representado em três jornais argentinos pode ser encontrado em Zunino (2016).

Representações do papel do jornalista de dados

No entanto, existe uma intencionalidade no que diz respeito ao papel do jornalismo de dados na promoção de processos:

De modo geral, o que vejo é que ainda há muito trabalho a ser feito. Porque, no modelo de mídia atual, não é necessariamente algo que gere cliques, mas é algo de grande importância e relevância, não só institucionalmente, mas também para os indivíduos. Portanto, é preciso impulsionar esses processos. Aqui, temos a sorte de contar com uma equipe de jornalismo de dados e um compromisso editorial com os indicadores de transparência — em torná-los visíveis. Vocês verão que há muitos artigos; bem, sempre que o relatório da Transparência Internacional é publicado, há um artigo no *La Nación*. Não é um processo que precisamos forçar, mas acredito que, como outros veículos de comunicação, é preciso ancorá-lo em uma reportagem para torná-lo comercializável. Muitas vezes, o que acontece com esses índices é que eles usam muita linguagem técnica, o que dificulta o tratamento jornalístico da informação.

A relevância social desses dados depende de atores como jornalistas, que os traduzem, contextualizam e tornam visíveis (Heilbron & Sapiro, 2007). No entanto, como aponta o jornalista, isso implica em “impulsionar processos” dentro de um ecossistema midiático onde o que é relevante muitas vezes não coincide com o que “gera cliques” (Undurraga, 2017). Isso evidencia um conflito entre a lógica do mercado da informação e a função cívica do jornalismo (e do jornalismo de dados). Os indicadores de transparência ou governança utilizam linguagem técnica, são elaborados para especialistas e exigem interpretação e ancoragem narrativa para ressoar com o público, o que denota uma intervenção ativa na formação da agenda pública e jornalística. Além disso, ao ser questionado sobre o papel do jornalismo de dados nessas questões, o entrevistado esclareceu:

...nossa tarefa é mais uma responsabilidade social, garantir que tudo isso... quero dizer, alcançar sociedades um pouco mais justas. É muito necessário disseminar informações, não apenas disseminá-las ou espalhá-las, mas ancorar os indicadores em histórias [...] Acho muito importante ter indicadores de como a administração pública funciona e como isso repercute nas pessoas. [...] porque como você vai causar impacto se não sabe o que impactar?

Assim se constrói uma estratégia discursiva de legitimidade baseada no envolvimento e na responsabilidade social, o que, por sua vez, indica um tom de avaliação da função pública. Soma-se a isso a influência das organizações multilate-

rais na consolidação de um discurso aparentemente autoevidente, resultado de serem um “banco de conhecimento” onde opera a lógica da “governança por números” (Supiot, 2015) . Nessa perspectiva, essas operações numéricas, juntamente com a ideia de transparência, contribuem para a “datificação” da boa governança (Hansen, 2015; Stone, 2013, 2015), descrevendo novas formas de pressão, legitimadas por uma linguagem especializada presente na fabricação e disseminação desses objetos cognitivos.

Como demonstrado anteriormente, um termo como “governança”, praticamente desconhecido em 1995, tornou-se *comum* em 2017. Referindo-se a um conflito na província de Santa Cruz, o então presidente Mauricio Macri declarou que se tratava de “resultado de muitos anos de má gestão” e apelou a “um retorno à transparência, à ordem e à organização na província, que está fora de todos os parâmetros de uma governança razoável” (“Mauricio Macri: ‘Sempre fui contra...’”, 2017). Dessa forma, um termo praticamente inexistente no final da década de 1990 passou a fazer parte do vocabulário de jornais e de diversos atores políticos locais, legitimando o papel de observador e avaliador das administrações governamentais para quem o utiliza.

Jornalismo e conhecimento especializado

Ao triangular as fontes, observou-se que os laços de cooperação entre ONGs e esse veículo de comunicação vão além da formalidade dos contratos. Foram mencionados acordos formais e informais entre ONGs e veículos de comunicação, que, nas palavras de um diretor de uma ONG conhecida, se expressam claramente da seguinte forma: “...quase sempre entregávamos as informações [um relatório anual sobre o controle da corrupção] primeiro ao Clarín e ao La Nación; não tínhamos um acordo formal, mas fornecíamos as informações a eles alguns dias antes e depois à maioria dos outros veículos...” (ONG2). Sobre essa modalidade, um informante da equipe de dados do jornal descreveu essa prática da seguinte forma...

Um dos relatórios com os quais sempre trabalhamos é o da TI (presumivelmente se referindo a uma organização específica). Eles publicam o relatório anualmente, e o capítulo argentino é feito pelo Poder Ciudadano. Quando estão prestes a divulgar o relatório, eles nos entregam uma cópia sob embargo, o que significa que a recebemos, mas não podemos distribuí-la. Atualizamos o mapa e escrevemos um artigo sobre como a posição da Argentina no indicador melhorou ou não. Depois, temos uma página com rankings internacionais. A página foi reformulada [...] para dar um toque visual renovado, mas a ideia é contextualizar os dados. Muitas vezes, para saber se a Argentina está se saindo bem ou mal, é preciso comparar

com o quê ou com quem. Portanto, acreditamos que publicar dados apenas por publicar, sem fornecer contexto, cria um viés para os leitores.

Como se pode ver, o objetivo é sempre determinar se a Argentina está “indo bem ou mal”, se melhorou ou piorou, primeiro em relação à medição anterior e depois em relação aos demais países, simplificando e legitimando grandes quantidades de dados de percepção em um número concreto que possa ser comparado com outros países. Além disso, a visualização das estatísticas é adicionada para reforçar o modelo realista, onde as avaliações são desprovidas de controvérsias, mostrando as categorias e posições do país como um atributo da realidade quando o modelo apenas “...traduz uma visão que lhe é imposta” (Daniel, 2015, p. 4) .

Além dos contatos informais entre ONGs e jornalistas, observou-se também a existência de bases de dados compartilhadas, e destacou-se o papel das agências de notícias na disseminação de rankings para uso em reportagens. Em suas próprias palavras, quando questionado sobre como obtinha os relatórios, um jornalista declarou o seguinte:

...eles chegam porque algumas dessas organizações têm um banco de dados de jornalistas que sabem como contatar, porque você entra em contato com um governo ou instituição internacional... porque eles enviam a informação para você, e pela internet... e por meio de agências de notícias. Agências de notícias internacionais e nacionais, mas agências como AFP, Reuters, etc. etc. DPA, ANSA, bem, elas são veículos de informação, então às vezes anunciam “...bem, a Argentina ficou em quarto lugar no ranking de produtores de espelhos...”, a partir daí você vai para o ranking e o explora.

Outra fonte ligada ao jornalismo de dados descreve como se relacionar com os atores que produzem esses relatórios, o que constitui outra forma de se relacionar com os dados, distinta da mera reprodução do telegrama enviado pela agência de notícias:

Frequentemente, estabelecemos parcerias com a ACIJ, o Poder Cidadão e o Poder Legislativo, que possuem a *experiência burocrática* sobre o funcionamento das instituições e ferramentas — o tipo de experiência necessária para a defesa de direitos. Se tivéssemos que desenvolver essa *experiência* do ponto de vista editorial, levaríamos anos.

A ligação entre o veículo de comunicação e as organizações existe por meio de alianças (formais ou informais) que garantem que essas organizações sejam “ouvidas”, enquanto o veículo de comunicação elabora uma abordagem estruturada

para tornar a mensagem mais impactante. Nesse sentido, “...a ideia é forjar alianças para que elas tenham uma maneira de canalizar sua voz e amplificá-la, e nós contribuimos com tecnologia e conhecimento técnico para transmitir uma mensagem mais robusta”, acrescenta o jornalista. Mais uma vez, vemos como o jornalismo de dados contribui para moldar a mensagem da reportagem.

No meu caso, acredito que a Citizen Power tem envolvimento direto com a Transparência Internacional por meio de sua filial argentina. Então, é como se fosse o braço local, porque, dessa perspectiva, não se trata de alguém de fora vindo para ver como a Argentina funciona, mas sim das pessoas locais que têm muito mais conhecimento, que desenvolvem o índice [...] elas têm *experiência* acumulada ao longo de muitos anos... se uma entidade privada pode desenvolver indicadores, ótimo, porque usamos indicadores de empresas de consultoria privadas. Mas, dessa perspectiva, se tivéssemos que desenvolver isso *internamente*, aqui no jornal, precisaríamos adquirir muita *experiência* que não temos. Então, as ONGs são de grande ajuda nesse sentido.

Essas ligações também ocorreram na perspectiva das OICs, visto que, ao investigarmos esse aspecto, constatamos a existência de relações bem estruturadas entre essas organizações e a mídia, conforme indicado por uma fonte de alto escalão:

Não trabalho na área de comunicação, mas sim. Primeiro, o objetivo é conscientizar, pois existem atividades proativas de comunicação e distribuição, e segundo, há um departamento em cada escritório — um departamento específico de comunicação. Cada site *tem* uma pessoa de contato que pode responder às suas perguntas.

Cabe ressaltar também que muitos desses indicadores são produzidos por empresas privadas especializadas em geração de métricas e, portanto, têm um custo pelo serviço prestado. Isso ocorre no âmbito dos contratos do jornal, conforme indicado por nossa fonte jornalística:

[Além disso,] existem indicadores pagos, o que é um problema. Por exemplo, o JP Morgan oferece o indicador de Risco País; muitas vezes, se você tem um indicador que pode contextualizar a situação ou explicar por que algo está acontecendo no país, por exemplo, muitos são pagos, outros não. Se não me engano, temos um serviço com a Reuters que usa alguns indicadores econômicos, então temos informações úteis para isso. Isso é bom.

Uma vez estabelecida a comunicação, as organizações geram feedback, como afirma uma fonte jornalística: “As organizações contatam [La Nación Data], como se tivessem visto o artigo, como se estivessem atentas quando surgem informações sobre o que elas medem”. Dessa forma, as ONGs assumem um papel de supervisão e mantêm contato constante onde a assimetria de poder é evidente.

Estratégias discursivas de legitimação

Este tipo específico de indicador contém mecanismos de legitimação, bem como ordens de justificação, que sustentam a ancoragem nas narrativas e o processo de quantificação:

A explicação para isso reside novamente em seu conteúdo, agora como uma justificativa que sustenta estratégias discursivas de explicação e legitimação. E pode-se esperar que as convenções de qualidade, como as convenções industriais ou de mercado, que têm uma estreita afinidade com os números como formas cognitivas, sejam as mais poderosas nesse sentido (Diaz-Bone, 2016, p. 58).

De fato, diversas convenções podem coincidir, como as já mencionadas convenções de mercado e cívicas. Uma estratégia discursiva de legitimidade também se constrói sobre estas últimas, baseada no envolvimento e na responsabilidade social. Isso foi mencionado por aqueles que divulgam esses dados na imprensa, revelando uma estratégia de coparticipação ativa no processo.

...nossa tarefa é mais uma responsabilidade social, garantir que tudo esteja... isto é, alcançar sociedades um pouco mais justas. Torna-se muito necessário disseminar informações, não apenas divulgar e espalhar a palavra, mas ancorar os indicadores em histórias [...] se você tiver indicadores melhores, há coisas que você pode adaptar ou aprimorar antes que falhem. O Estado economiza dinheiro, as pessoas podem ter uma vida muito melhor e você evita muitas coisas que poderiam acontecer. [...] Como você vai causar impacto se não sabe o que impactar?

Na narrativa anterior, estão presentes convenções comerciais e cívicas: o Estado deve ser eficiente e economizar dinheiro, e o jornalismo de dados defende uma sociedade melhor, ao mesmo tempo que facilita o processamento da informação. Defende também a participação da sociedade civil nesses processos. Com base em trabalhos prévios com os dados (uma distinção em relação aos indicadores financeiros ou estatísticas oficiais), que envolvem apresentação estética e permitem que o leitor/usuário acesse os dados por meio de downloads, este é convidado a

participar e avaliar sua qualidade. Diferentemente do jornalismo mais tradicional, o jornalismo de dados expressa uma afinidade opcional por dados abertos e políticas de governo aberto (Crucianelli, 2013; Domínguez, 2014; Hansen, 2015), como acabamos de demonstrar.

A informação numérica se expande mais facilmente no tempo e no espaço do que outros tipos de informação⁸ e praticamente não requer processo de tradução de linguagem (Díaz-Bone, 2016; Knorr Cetina, 2010). Além disso, ela carrega um tipo intrínseco de autoridade, como sugere a fonte acadêmica: “No momento em que você a apresenta, independentemente de como esse número foi formado, se ele tem algum significado ou como esse indicador foi criado, as pessoas o percebem como uma autoridade porque existe um número”. Isso significa que, apesar de ser um signo, o número legitima o trabalho da pessoa que o produz (Broome; Quirk, 2015).

Conclusões e novas questões.

Ao longo deste texto, vimos como a palavra governança começou a ser usada por um setor da imprensa durante o período em questão, e como notas jornalísticas sobre a qualidade institucional e rankings associados a esses termos foram publicadas no jornal argentino *La Nación*.

Analisamos a frequência de termos específicos, observando comportamentos que reproduzem rankings e comparam, ao mesmo tempo que avaliam, a posição do país sem questionar como esses rankings são construídos. Apesar da ilusão de transparência, indicadores de governança e qualidade institucional são utilizados por stakeholders do mundo financeiro, bem como por atores envolvidos na produção e disseminação desses dados. Nesse sentido, o jornalismo de dados desempenha um papel central, exibindo uma dinâmica com pontos de contato com outros subcampos, como o jornalismo econômico. Entre esses pontos de contato estão as consequências da transformação digital do jornalismo, a ideia do conhecimento especializado como ferramenta de legitimação e o uso de dados sem questionar seu arcabouço metodológico ou princípios de validade, enquanto reproduz arcabouços ideológicos inclinados às preferências de organizações internacionais. Simultaneamente, uma característica distintiva do jornalismo de dados foi sua relação, por meio de contratos formais e informais, com diversas organizações internacionais que promovem, com nuances variadas, essa visão de governança.

Em suma, esses indicadores, juntamente com a dinâmica relacional dos atores envolvidos em sua produção, uso, disseminação e reprodução, contribuem

⁸ Os números e as classificações, ao contrário das palavras, não requerem interpretação, mas também são percebidos como fatos imparciais e imaculados (Fioramonti, 2014, p. 192).

para a legitimação de uma ordem de mercado sob uma fachada de transparência, neutralidade e expertise (técnica ou intelectual). Soma-se a isso outra forma de legitimação pelo jornalismo de dados, que consiste em participar e colaborar com a datificação da vida.

Como vimos, as tensões políticas não estão ausentes do conjunto de editoriais, que, como também observamos, demonstraram forte atividade durante o período eleitoral de 2007-2011, em consonância com os conflitos internos com o setor de exportação agrícola. Essa questão questiona o papel socialmente construído do jornalismo e das ONGs como avaliadores e fiscais dos governos, ocupando espaços no cenário midiático.

Por fim, os resultados nos levam a refletir sobre como a mídia contribui ativamente para a datificação das esferas sociais, construindo discursos políticos por meio da disseminação de dados, apelando para um compromisso social que vai além da mera publicação de números.

Acreditamos que, para abordagens futuras a este problema, seria conveniente estender o período de análise para um período mais recente e comparar esses processos com outros vinculados a indicadores de natureza semelhante (econômicos, financeiros) e de outros países.

O que podemos afirmar com certeza é que a disseminação das ideias de governança e qualidade institucional promovidas por organizações de crédito como o Banco Mundial (e outras ONGs) é a reprodução da estrutura de autoridade do sistema internacional (Löwenheim, 2008).

REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, D.; JOHNSON, S.; ROBINSON, JA. Instituições como causa fundamental do crescimento de longo prazo. In: AGHION, P.; DURLAUF, SN (Eds.). **Manual de Crescimento Econômico**. North Holland: Elsevier, 2005. v. 1, p. 385–472.

ANTHONY, L. **AntConc**, Universidade de Waseda. Disponível em <http://www.laurenceanthony.net/software/>, 2019. Disponível em: <<http://www.antlab.sci.waseda.ac.jp/>>

ARNDT, C. A política das avaliações de governança. **International Public Management Journal**, v. 11, n. 3, p. 275–297, 2008.

ARNDT, C.; OMAN, C. **Usos e abusos dos indicadores de governança**. Paris: Centro de Desenvolvimento da OCDE, 2006. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/21/16/40037762.pdf>>

ARONSKIND, R. **Risco-país. Jargão financeiro como mecanismo de poder**. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2007.

BELTRAN, GJ. As práticas do poder. Discussões sobre o problema da ação política empresarial. **Notas: Revista de Ciências Sociais**, v. 39, n. 70, p. 69–102, 2012.

BOTTO, M. Think tanks na América Latina: uma radiografia comparativa de um novo ator político. In: ASTE, NC; MENDIZABAL, E. (Eds.). **Vínculos entre conhecimento e política: o papel da pesquisa no debate público na América Latina**. Lima: Consórcio de Pesquisa Econômica e Social-Universidad del Pacífico, 2011. p. 83–112.

BROOME, A.; QUIRK, J. Governando o mundo à distância: a prática de benchmarking global. **Review of International Studies**, v. 41, n. 5, p. 819–842, 2015.

CAMOU, A. Os Conselheiros do Príncipe. Conhecimento Técnico e Política nos Processos de Reforma Econômica na América Latina. **Nueva sociedad**, v. 152, p. 54–67, 1997.

CHUCHCO, NV. Medindo o respeito pelas instituições e pelas capacidades estatais na América do Sul: uma análise relacional de quatro dimensões dos Indicadores Internacionais de Governança (2017-2018). **AWARI - Revista da Associação Latino-Americana de Análise de Redes Sociais**, v. 1, n. 1, p. 198–211, 2020. Disponível em: <<http://ojs.sites.ufsc.br/index.php/awari/article/view/4267/3202>>

CHUCHCO, NV. **Construindo Confiança: Produção, Circulação e Usos de Indicadores Internacionais de Governança e Qualidade Institucional na Argentina (1996-2018)**. Orientador: Dr. Federico Lorenc Valcarce. 2022. 321f. Tese de Doutorado - Faculdade de Ciências Sociais. Universidade de Buenos Aires, Buenos Aires, 2022.

COMET, C. Como o círculo interno molda a rede de planejamento político na França? **Revista Socioeconômica**, v. 17, n. 4, p. 1021–1101, 2019.

CRUCIANELLI, S. O que é jornalismo de dados? **Journalists' Notebooks**, v. 26, p. 106–124, 2013.

DANIEL, C. A quantificação da realidade como objeto sociológico. Contribuições e abordagens recentes. In: XI CONFERÊNCIA DE SOCIOLOGIA. FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS. UNIVERSIDADE DE BUENOS AIRES. 13-17 DE JULHO, BUENOS AIRES, 2015, Buenos Aires. **Anais [...]**. Buenos Aires: [s.l.], 2015. Disponível em: <http://www.aacademica.org/000-061/402>.

DANIEL, C.; VOMMARO, G. Pobres em números: uma contribuição para uma história social das estatísticas sociais na Argentina contemporânea. **Journal of Latin American Studies**, v. 49, n. 3, p. 463–487, 2016.

DE SANTOS, M. Totens factuais e imaginação estatística: a vida pública de um estatístico na Argentina em 2001. **CECYP Notes**, v. 0, n. 18, p. 147–180, 2010.

DELLEPIANE AVELLANEDA, S. Boa Governança, Instituições e Desenvolvimento Econômico: Além da Sabedoria Convencional. **British Journal of Political Science**, v. 40, n. 1, p. 195–224, 2009.

DEZALAY, Y.; GARTH, B. Padrões de investimento jurídico estrangeiro e transformação do Estado na América Latina. **Culturas jurídicas latinas da Europa e da América em tempos de globalização**, p. 723–748, 2003.

DIAZ-BONE, R. Teoria das convenções, classificação e quantificação. **Pesquisa Social Histórica**, v. 41, n. 2, p. 48–71, 2016.

DOMÍNGUEZ, M. Á. C. Novas formas informativas: o jornalismo de dados e seu ensino no contexto universitário. **História e comunicação social**, v. 19, n. 2, p. 43–54, 2014.

ERKKILÄ, T.; PIIRONEN, O. (Des)politizando a boa governança: o Instituto do Banco Mundial, a OCDE e a política dos indicadores de governança. **Innovation: The European Journal of Social Science Research**, v. 27, n. 4, p. 344–360, 2014.

EPELAND, WN. Engenharia reversa e vínculos emocionais como mecanismos mediadores dos efeitos da quantificação. **Historical Social Research**, v. 41, n. 2, p. 280–304, 2016.

FINE, B.; WAEYENBERGE, E. Van. Corrigindo Stiglitz: Da Informação ao Poder no Mundo do Desenvolvimento. In: LEYS, C.; PANITCH, L. (Eds.). **Socialist Register 2006: Contando a Verdade**. Buenos Aires: CLACSO, 2007. p. 185–209.

FINK, K.; ANDERSON, CW. Jornalismo de dados nos Estados Unidos: além dos “suspeitos de sempre”. **Journalism Studies**, v. 16, n. 4, p. 467–481, 2015.

FIORAMONTI, L. **Como os números governam o mundo: O uso e o abuso das estatísticas na política global**. Londres: Zed Books, 2014.

GRAY, J.; BOUNEGRU, L.; CHAMBERS, L. **Manual de jornalismo de dados: como os jornalistas podem usar dados para melhorar as notícias**. Sebastopol: O'Reilly Media, Inc., 2012.

HANSEN, HK. Operações numéricas, ilusões de transparência e a datificação da governança. **European Journal of Social Theory**, v. 18, n. 2, p. 203–220, 2015.

HEILBRON, J.; SAPIRO, G. Esboço para uma sociologia da tradução: questões atuais e perspectivas futuras. In: WOLF, M.; FUKARI, A (Eds.). **Construindo uma sociologia da tradução**, Madrid: John Benjamins Publishing Company, 2007. p. 93–107.

HEREDIA, M. Centros privados de expertise em economia: gênese, dinâmica e continuidade de um novo ator político na Argentina. In: VOMMARO, G. (Org.). **Saber o que se faz. Política e expertise na Argentina**. Buenos Aires: Prometeo, 2012. p. 297–338.

HEREDIA, M. **Quando os economistas chegaram ao poder (ou como se construiu a confiança nos especialistas)**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2015.

KNORR CETINA, K. A epistemologia da informação: um modelo de consumo. **Journal of Consumer Culture**, v. 10, n. 2, p. 171–201, 2010.

LORENC VALCARCE, F.; VOMMARO, G. **Política no Plural: Pesquisa Social sobre a Política Contemporânea**. Mar del Plata: EUDEM, 2020. Disponível em: <https://issuu.com/eudem/docs/la_pol_c3_adtica_en_plural>

LÖWENHEIM, O. Examinando o Estado: uma perspectiva foucaultiana sobre os “indicadores de governança” internacionais. **Third World Quarterly**, v. 29, n. 2, p. 255–274, 2008.

MARCHETTI, D. Subcampos do jornalismo especializado. In: BENSON, R.; NEVEU, E. (Eds.). **Bourdieu e o Campo Jornalístico**. [sl]: Polity Press, 2005. p. 64–84.

Mauricio Macri: “Sempre fui contra a lei 2x1, ainda mais por causa dos crimes contra a humanidade.” **La Nación**, Buenos Aires, 10 de maio de 2017. Disponível em: <<https://www.lanacion.com.ar/politica/mauricio-macri-siempre-estuve-en-contradel-2x1-mas-aun-por-crimenes-de-lesa-humanidad-nid2022427/>>. Acesso em: 4 de abril de 2021.

NEIBURG, F.; PLOTKIN, M. Intelectuais e especialistas. Rumo a uma sociologia histórica da produção de conhecimento sobre a sociedade na Argentina. In: NEIBURG, F.; PLOTKIN, M. (Orgs.). **Intelectuais e especialistas. A constituição do saber social na Argentina**. Buenos Aires: Paidós, 2004. pp. 15–30.

NEIBURG, F.; PLOTKIN, M. Internacionalização e desenvolvimento. Les «Di Tella» e a nova economia da Argentina. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 151–152, pág. 57–67, 2004. b.

NORTH, DC **Instituições, Mudança Institucional e Desempenho Econômico**. Nova York: Cambridge University Press, 1990. a.

NORTH, DC Uma Teoria dos Custos de Transação da Política. **Journal of Theoretical Politics**, v. 2, n. 4, p. 355–367, 1990. b.

PEDROSO, A. O espaço atual do Jornalismo Econômico Brasileiro: Gerações, origens sociais e dinâmicas profissionais. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 12, no. 2–3, pág. 133–152, 2015.

PERISSINOTTO, R.; DE ALBUQUERQUE, MCM; DIAS, RP; PORTELA, P.; PEDRO HENRIQUE, PHC. A elite dos colonistas de economia como uma comunidade epistêmica: uma análise de rede (2019-2021). **Historical Studies**, v. 37, n. 81, p. 1–26, 2024.

PESTRE, D.; WEINGART, P. Governança da e através da ciência e dos números: categorias, ferramentas e tecnologias. **Minerva**, v. 47, n. 3, p. 241–242, 2009.

RHODES, RAW. **Compreendendo a Governança: Redes de Políticas, Reflexibilidade e Responsabilidade**. Londres: Open University Press, 1997.

SELIGSON, MA. A mensuração e o impacto da vitimização pela corrupção: evidências de pesquisas na América Latina. **World Development**, v. 34, n. 2, p. 381–404, 2006. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/7b92/281ab4c7d56dea4a59cb2b5e0494cffa851a.pdf>>

SIDICARO, R. **A política vista de cima: as ideias do jornal La Nación, 1909-1989**. Buenos Aires: Sul-Americana, 1993.

SIDICARO, R. Considerações sobre as ideias do jornal La Nación. In: WAINERMAN, C.; SAUTU, R. (Ed.). **Os bastidores da pesquisa**. Buenos Aires: Edições Manantial. pág. 79–96.

STONE, D. “Tons de cinza”: O Banco Mundial, redes de conhecimento e ecologias interligadas de engajamento acadêmico. **Global Networks**, v. 13, n. 2, p. 241–260, 2013.

STONE, D. O Grupo dos 20: comunidades políticas transnacionais, redes de governança, análise de políticas e think tanks. **Revista Internacional de Ciências Administrativas**, v. 81, n. 4, p. 793–811, 2015.

SUPIOT, A. **La Gouvernance par les nombres - Cours au Collège de France (2012-2014)**. Paris: Fayard, 2015.

UNDURRAGA, T. Fazendo Notícias, Fazendo a Economia: Mudanças Tecnológicas e Pressões Financeiras no Brasil. **Sociologia Cultural**, v. 11, n. 1, p. 77–96, 2017. Disponível em: <<https://cyberleninka.org/article/n/1335516.pdf>>. Acesso em: 1 jul. 2025.

VIEIRA, AM; CHIARAMONTE, AR Os economistas-colonistas não debatem as reformas no Brasil. **Estudos de Sociologia**, v. 24, n. 47, p. 137, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/12845>>. Acesso em: 29 de junho de 2025.

VIEIRA, AM; CHIARAMONTE, AR. O Instituto do Milênio está em busca de poder. **Social Tempo**, v. 33, n. 1, p. 169–202, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ts/a/vDJPBX5BSzwhq5ZvmMcpbTd/>>. Acesso em: 29 de junho de 2025.

ZUNINO, E. **Cobertura midiática do “conflito governo-rural” de 2008 na mídia impressa argentina**. Um estudo comparativo das pautas noticiosas sobre a Resolução nº 125/08 nos jornais Clarín, La Nación e Página/12. Orientadora: Dra. Natália Aruguete. 2016. 347 pp. Tese de Doutorado - Secretaria de Pós-Graduação. Universidade Nacional de Quilmes, Buenos Aires, 2016.

ZURBRIGGEN, C. A utilidade da análise de redes de políticas públicas. **Argumentos**, v. 24, n. 66, p. 181–209, 2011. a. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0187-57952011000200008&lng=es&tlng=es>

ZURBRIGGEN, C. Governança: uma visão da América Latina. **Latin American Profiles**, v. 19, n. 38, p. 39–64, 2011. b. Disponível em: <<http://www.scielo.org.mx/pdf/perlat/v19n38/v19n38a2.pdf>>